

CONGRESSO

# Dosimetria para em Alcolumbre

Presidente do Senado adverte relator do PL que “não há clima” para mexer com penas impostas pelo STF aos golpistas

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), advertiu ao deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), relator do projeto de lei conhecido como PL da Dosimetria, que não há clima político na Casa para aprovar a matéria. O texto pretende reduzir as penas impostas aos golpistas condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O aviso foi dado numa reunião, na terça-feira, na residência oficial da Câmara dos Deputados. O encontro contou também com a presença do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB); dos líderes Pedro Lucas (União Brasil-MA) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL); além do deputado Allan Garcês (PP-MA), aliado de Bolsonaro. Alcolumbre recebeu a minuta do texto elaborado por Paulinho e foi incumbido de discutir o tema com os senadores, mas adiantou que, da forma como está, o PL dificilmente prosseguirá no Senado.

O PL da Dosimetria, que originalmente era chamado de “PL da Anistia”, teve regime de urgência aprovado pela Câmara, o que permite sua votação direta em plenário, sem passar pelas comissões. Depois da aprovação da urgência, Motta designou Paulinho da Força como relator. Para tentar contornar resistências, o deputado passou a tratar a proposta com outro nome e foco, buscando distanciar-se da ideia de perdão coletivo aos golpistas, como exige o bolsonarismo dentro e fora do Congresso.

Depois de ser escolhido relator,

Jefferson Rudy/Agência Senado



Paulinho e Alcolumbre: deputado se esforça para fechar apoios, mas senador deixou claro que PL vai empacar se conseguir chegar à Casa

Paulinho reuniu-se com o ex-presidente Michel Temer e com o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) para discutir alternativas que evitassem questionamentos de inconstitucionalidade ao PL no STF. Desde então, o parlamentar tenta, com dificuldade, costurar um texto de consenso com diferentes bancadas — se os bolsonaristas não querem nada menos que um “liberou geral”, os governistas têm posição fechada contra qualquer hipótese de se mexer nas penas

impostas aos condenados pelo Supremo. Com a resistência no Senado e a falta de consenso na Câmara, a proposta permanece em compasso de espera.

Na semana passada, o ministro Flávio Dino, presidente da Primeira Turma do STF, deu um claro recado à Câmara de que não seria conveniente mexer com a dosimetria das penas impostas aos golpistas pela Corte. “O Congresso pode mudar? Pode. Eu, particularmente, espero que não o faça, porque

considero que a lei vigente é boa”, afirmou a jornalistas, em um evento do Legislativo em São Paulo. “A lei vigente que o Supremo aplicou (nas condenações até aqui) corresponde, mais ou menos, à média internacional e corresponde, também, a essa história do direito brasileiro”, argumentou Dino. O comentário do ministro, feito na sexta-feira passada, foi feito em um contexto do qual Motta sinalizava que poderia levar o PL a ser votado nesta semana.

Na terça-feira, os bolsonaristas fizeram uma manifestação em Brasília no sentido de, mais uma vez, forçar a Câmara a votar a anistia aos golpistas. Mas pesquisas de opinião têm detectado rejeição da população ao perdão. Sondagem da Genial/Quaest divulgada ontem aponta que 47% dos entrevistados são contra liberar os condenados de pagar por se envolverem em uma trama para atentar contra o estado Democrático de Direito.

## Paulinho ainda tenta consenso

O deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP) disse, ontem que há um maior consenso entre lideranças partidárias para resolver a divergência entre Senado e Câmara sobre o PL da Dosimetria. O plano, que conta com adesão de caciques do Centrão, seria o de unificar todas as penas aos acusados de participarem dos atos golpistas e reduzir elas em uma fração. A proporção, porém, não está decidida.

“Estamos fazendo ajustes. Pacificando com o Davi, resolvemos 90% dos problemas”, disse Paulinho.

Ontem à tarde, o senador Otto Alencar (PSD-BA) foi à Câmara conversar com Paulinho. O deputado disse que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado o procurou para falar que Alcolumbre ouviu os pares e quer melhorar o texto, mas não disse que melhorias seriam essas.

“Estive com o presidente da CCJ. Ele disse que Davi consultou para melhorar o relatório. Assim que eu tiver esse texto, vamos para a votação. Espero resolver até amanhã (hoje)”, afirmou Paulinho.

Otto, porém, disse que procurou o deputado para desculpar-se sobre uma declaração, dada há duas semanas, quando ironizou a escolha de Paulinho como relator. “O que acho que pode acontecer no Congresso é legislar e aprovar uma alteração, e sendo interpretado pelo Supremo, possa diminuir a pena ou não. Ninguém, nem senador, nem deputado, diminui pena. Quem pode, com alteração da lei, diminuir a pena, é quem está lá em cima, o Supremo”, explicou o senador.

Ministério da Cultura apresenta

CASACOR

BRASÍLIA  
CASA DO CANDANGO

13.8  
-12.10.25  
SGAS 603 SUL

SEMEAR SONHOS

“Este projeto foi/é realizado com recursos da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal.”

Lei Rouanet  
Incentivo a Projetos Culturais

Lei de Incentivo à Cultura  
do Distrito Federal

PATROCÍNIO MASTER  
Deca

TINTA OFICIAL  
Coral

BANCO OFICIAL  
BRB

PATROCÍNIO  
Claro

CARRO OFICIAL  
OMODA | INJEOCO  
PRIMAVIA

MÍDIA PARTNER  
CORREIO  
BRAZILIENSE  
www.correio-braziliense.com.br

REALIZAÇÃO  
EMS

Secretaria de  
Cultura e  
Economia Criativa

GDF

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO